

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG



Geração e Transmissão S.A.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	3.296.785	1.418.845	590.418	-	5.306.048
Resultado do período	-	-	-	1.811.374	1.811.374
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais - líquido de impostos	-	-	40.706	-	40.706
Resultado abrangente do exercício	-	-	40.706	1.811.374	1.852.080
Redução de Capital	(2.403.593)	-	-	-	(2.403.593)
Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio (R\$0,08 por ação)	-	-	-	(225.540)	(225.540)
Dividendos Estatutários Obrigatórios - 50% do lucro exercício (R\$0,25 por ação)	-	-	-	(713.978)	(713.978)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$0,02 por ação)	-	47.005	-	(47.005)	-
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(94.010)	94.010	-
Retenção de Lucros	-	918.861	-	(918.861)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	893.192	2.384.711	537.114	-	3.815.017
Resultado do período	-	-	-	2.088.965	2.088.965
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais - líquido de impostos	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	2.088.965	2.088.965
Aumento de Capital	806.808	(806.808)	-	-	-
Pagamento de Dividendos Extraordinários (R\$0,41 por ação)	-	(1.200.000)	-	-	(1.200.000)
Pagamento de Dividendos Extraordinários (R\$0,02 por ação)	-	(47.005)	-	-	(47.005)
Reserva Legal	-	104.448	-	(104.448)	-
Juros sobre Capital Próprio (R\$0,05 por ação)	-	-	-	(140.367)	(140.367)
Dividendos Intermediários Estatutários Obrigatórios - 50% do lucro exercício (R\$0,36 por ação)	-	-	-	(1.030.000)	(1.030.000)
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(59.797)	59.797	-
Reserva de Incentivos Fiscais - SUDENE	-	23.898	-	(23.898)	-
Retenção de Lucros	-	850.049	-	(850.049)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.700.000	1.309.293	477.317	-	3.486.610

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	2014	2013
RECEITAS		
Venda de Energia e Serviços	8.555.035	6.248.434
Receita de Indenização da Transmissão	420.013	20.673
Caixa Recebido na Alienação de Investimentos	-	71.429
Outras Receitas	771	1.293
Receita de Construção	80.358	91.176
Investimentos em Imobilizado	39.984	32.696
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(559)	253
	9.095.602	6.465.954
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.825.590)	(1.347.285)
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(294.739)	(278.389)
Serviços de Terceiros	(221.585)	(223.881)
Materiais	(16.428)	(68.808)
Materia prima e insumos para Produção de Energia	(367.449)	(59.758)
Custos na Alienação de Investimentos	-	(165.509)
Outros Custos Operacionais	(184.896)	(99.496)
	(2.910.687)	(2.243.126)
VALOR ADICIONADO BRUTO	6.184.915	4.222.828
RETENÇÕES		
Depreciação e Amortização	(296.841)	(343.364)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	5.888.074	3.879.464
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(388.498)	350.177
Receitas Financeiras	145.714	303.201
	(242.784)	653.378
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.645.290	4.532.842
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Empregados	357.534	374.994
Remuneração direta	236.742	240.539
Benefícios	104.830	93.900
FGTS	15.905	15.046
Programas de Desligamento de Empregados	57	25.509
Impostos, Taxas e Contribuições	2.495.067	1.815.197
Federais	1.962.040	1.357.134
Estaduais	530.757	456.547
Municipais	2.270	1.516
Remuneração de Capitais de Terceiros	703.724	531.277
Juros	680.204	506.053
Aluguéis	23.520	25.224
Remuneração de Capitais Próprios	2.088.965	1.811.374
Juros Sobre Capital Próprio	140.367	225.540
Dividendos	1.030.000	713.978
Lucros Retidos	918.598	871.856
	5.645.290	4.532.842

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia" ou "Cemig Geração e Transmissão") é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig"), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 - Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades diretas ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 51 Usinas, sendo 47 Usinas Hidrelétricas, 3 Eólicas e 1 Termelétrica e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão (informações não auditadas pelos auditores independentes).

Em 31 de dezembro de 2014, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$1.614.411. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de novos financiamentos obtidos com vencimento no curto prazo para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado previstas para 2015 para cumprir as suas obrigações de curto prazo.

A Companhia possui participação societária nas seguintes Controladas e Controladas em conjunto:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou as operações em 2009;
- Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia") (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou as operações de suas unidades entre setembro de 2009 e maio de 2010;
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru") (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em agosto de 2009;
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. ("Central Eólica Praias do Morgado") (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010;
- Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio") (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em setembro de 2010;
- Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Hidrelétrica Pipoca") (Controlada em conjunto) - Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010;
- Madeira Energia S.A. ("Madeira") (Controlada em conjunto) - Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da

seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e entrou em operação comercial em março de 2012. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 13.

- Lightger S.A. ("Light Ger") (Controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro. A entrada em operação ocorreu em maio de 2012;
- Renova Energia S.A. ("Renova") (Controlada em conjunto) - Sociedade de capital aberto, atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas;
- Retiro Baixo Energética S.A. ("RBE") (Controlada em conjunto) - A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais. A usina possui potência instalada de 83,7 MW e energia assegurada de 38,5 MW médios.

Controladas e Controladas em Conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia") (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgíniópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. A previsão de início de operação da primeira turbina é para agosto de 2015.
- Cemig Baguari Energia S.A. ("Cemig Baguari") (Controlada) - Produção e a comercialização de energia elétrica em Regime de produção independente em futuros Empreendimentos;
- Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") (Controlada em conjunto) - Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig Geração e Transmissão, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. A previsão para início de operação da primeira turbina é para o exercício de 2015.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Em 25 de março de 2015, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 10 - Imposto de Renda e Contribuição Social;
- Nota 12 - Ativos Financeiros da concessão;
- Nota 13 - Investimentos;
- Nota 14 - Depreciação;
- Nota 15 - Amortização;
- Nota 15 - Intangíveis;
- Nota 20 - Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 21 - Provisões;
- Nota 23 - Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica; e
- Notas 27 e 28 - Instrumentos Financeiros Derivativos e Mensuração pelo Valor Justo.

2.5. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 com possíveis impactos para a Companhia

ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos - orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

CPC 01 / IAS 36 - Impairment de ativos - adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros. As alterações do IAS 36/CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa. Adicionalmente, esses ajustes introduziram divulgações adicionais aplicáveis para quando o valor recuperável de um ativo ou uma unidade geradora de caixa é mensurado pelo valor justo menos custos de alienação. Esses novos requerimentos de divulgação incluem a hierarquia do valor justo, as premissas chave e técnicas de valorização utilizadas, que estão em linha com as divulgações requeridas pela IFRS 13/CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

Alterações ao IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos - Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. Especificamente, a emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente".

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (CPC 36, CPC 45 e CPC 35) - as alterações à IFRS 10 / CPC 36 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 / CPC 45 e à IAS 27 / CPC 35 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

Orientação Técnica OCPC 07 e Deliberação CVM 727 - evidenciam na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Esta orientação trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Visa esclarecer e reforçar que, nas Demonstrações Financeiras e nas respectivas notas explicativas, sejam divulgadas